Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA E A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

FINANCIAL EDUCATION AS A TOOL FOR RETIREMENT PLANNING AND THE SUSTAINABILITY OF SOCIAL SECURITY IN BRAZIL

Carlos Vinicius Louza Gomes
Graduando em Administração,
FACELI, Linhares-ES, Brasil
E-mail: louzag@outlook.com

Murilo Nicolini Gaigher
Graduando em Administração,
FACELI, Linhares-ES, Brasil
E-mail: mgaigher49@gmail.com

Rodrigo da Vitória Gomes
Doutorado em Educação em Ciências e em Matemática,
FACELI, Linhares-ES, Brasil
E-mail: rodrigodavitoriagomes@gmail.com

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 29/04/2025

Resumo

Este artigo analisa a educação financeira como ferramenta essencial para o planejamento da aposentadoria e a sustentabilidade da Previdência Social no Brasil. A partir de uma abordagem teórica e exploratória, discute os desafios do atual modelo previdenciário, marcado pelo envelhecimento populacional e desequilíbrio financeiro. Destaca-se que a educação financeira pode ampliar a conscientização sobre o planejamento de longo prazo, estimulando o uso de previdência complementar e a formação de reservas. O estudo também apresenta experiências internacionais, como a do Canadá, que evidenciam os benefícios de políticas públicas voltadas à educação financeira. Conclui-se que integrar a educação financeira às políticas sociais é fundamental para promover a autonomia econômica e reduzir a dependência do sistema público.

Palavras-chave: Educação financeira. Planejamento da aposentadoria. Previdência Social.

Abstract

This article analyzes financial education as an essential tool for retirement planning and the sustainability of Brazil's Social Security system. Using a theoretical and exploratory approach, it discusses the challenges of the current pension model, marked by population aging and financial imbalance. The study highlights that financial education can raise awareness about long-term planning, encouraging the use of complementary pension plans and the creation of personal savings. It also presents international experiences, such as Canada's, which demonstrate the benefits of public policies focused on financial education. The analysis concludes that integrating financial education into social policies is crucial to promote economic autonomy and reduce reliance on the public system.

Keywords: Financial education. Retirement planning. Social Security.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) divulgou, em janeiro de 2024, a revisão das estimativas e projeções da dinâmica populacional brasileira. A publicação trata de incorporar as informações apuradas no censo demográfico de 2022, atualizando os dados populacionais do período de 2000 a 2022 e das projeções de 2023 a 2070. Os elementos adicionados trazem informações importantes quanto aos padrões das taxas de natalidade, mortalidade, do envelhecimento da população e da estrutura etária nacional. Nessa atualização observa-se um importante fator de impacto no sistema previdenciário, há um aumento relevante da expectativa de vida ao longo das décadas, motivadas pelos avanços da medicina, qualidade de vida e questões sanitárias, e pela redução da taxa de natalidade. No cenário projetado vemos um aumento significativo no número de aposentados e pensionistas que dependem do aparelho previdenciário nacional. Essa transformação demográfica coloca o sistema de seguridade social em intensa pressão, onde haverá sérias restrições orçamentárias e uma crescente dependência do financiamento da estrutura por meio da contribuição dos trabalhadores ativos.

Frente aos desafios demográficos observados, a reforma da previdência de 2019, implementada pela Emenda Constitucional nº 103, buscou adaptar o sistema às novas condições do país com o estabelecimento de medidas como o aumento da idade mínima para se aposentar, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição e mudanças nas regras de cálculo dos benefícios. Essas ações promoveram uma aproximação aos padrões da previdência social apresentados em outras nações. Contudo, apesar de ser vista como necessária, a reforma ocorrida ainda é insuficiente para garantir a sustentação da seguridade social. Pois, uma parte integrante da estrutura previdência, os usuários, ainda não possuem incentivos e capacitações para atuar de forma independente, o que torna o programa excessivamente dependente das ações governamentais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Nesse contexto, é interessante atentar-se que o planejamento do indivíduo para a aposentadoria é uma prática mais crucial para manter ou alcançar a qualidade de vida e bem-estar na terceira idade ao mesmo tempo em que permite melhorar a sustentabilidade da previdência social. Para que isso ocorra, a educação financeira surge como uma ferramenta capaz de qualificar os cidadãos a tomar decisões mais conscientes sobre suas finanças ao longo da vida. De acordo com Broietti et al. (2023), a educação financeira desempenha um papel fundamental no planejamento para a aposentadoria, já que influencia diretamente a capacidade das pessoas de tomar decisões estratégicas sobre seus investimentos e contribuições para a previdência. Entretanto, apesar da importância da educação financeira, o Brasil destaca-se negativamente como um país que possui baixo nível de letramento financeiro conforme observado nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)[1].

Dessa forma, este artigo busca analisar a importância da educação financeira como instrumento para o planejamento da aposentadoria e sua relação com a sustentabilidade da previdência social no Brasil. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de uma discussão crítica baseada em dados econômicos e sociais recentes. Espera-se que os resultados possam contribuir para o debate acadêmico e subsidiar ações governamentais voltadas à promoção da educação financeira como estratégia para um futuro previdenciário mais seguro e sustentável.

2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

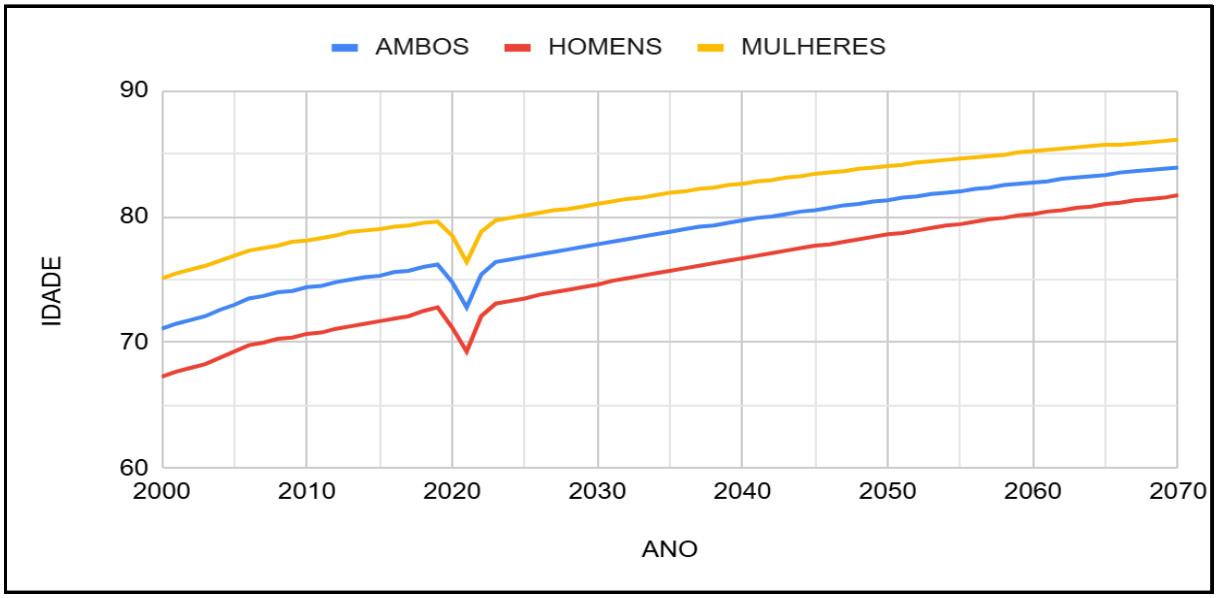
1 Na avaliação de 2022, o Brasil obteve uma pontuação de 416, um desempenho classificado como significativamente inferior à média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Conforme relatado inicialmente, a população brasileira passa por uma mudança significativa em sua estrutura etária. A primeira observação é o aumento na expectativa de vida da população. Nesse aspecto, o Brasil demonstra seu crescimento da esperança de vida devido aos fatores comumente encontrados em qualquer países que passaram pelo envelhecimento demográfico[2]. Ele advém de três vertentes: os avanços na medicina, melhorias no sistema de saúde e maior acesso a serviços básicos.

Observando o Gráfico 1, nota-se que a expectativa de vida ao nascer para aqueles nascidos no ano 2000 era de 71,1 anos. Para os nascidos em 2024, esse número aumentou em 5,5 anos, alcançando 76,6 anos. A queda registrada entre 2019 e 2022 pode ser atribuída aos impactos da pandemia de Covid-19, que resultou em um aumento expressivo na mortalidade. No entanto, essa foi uma anormalidade única encontrada nos dados. Na projeção dos anos seguintes vemos a tendência de crescimento, com a expectativa de vida chegando a 83,9 anos em 2070.

Gráfico 1: Esperança de vida por gênero de 2000 – 2070



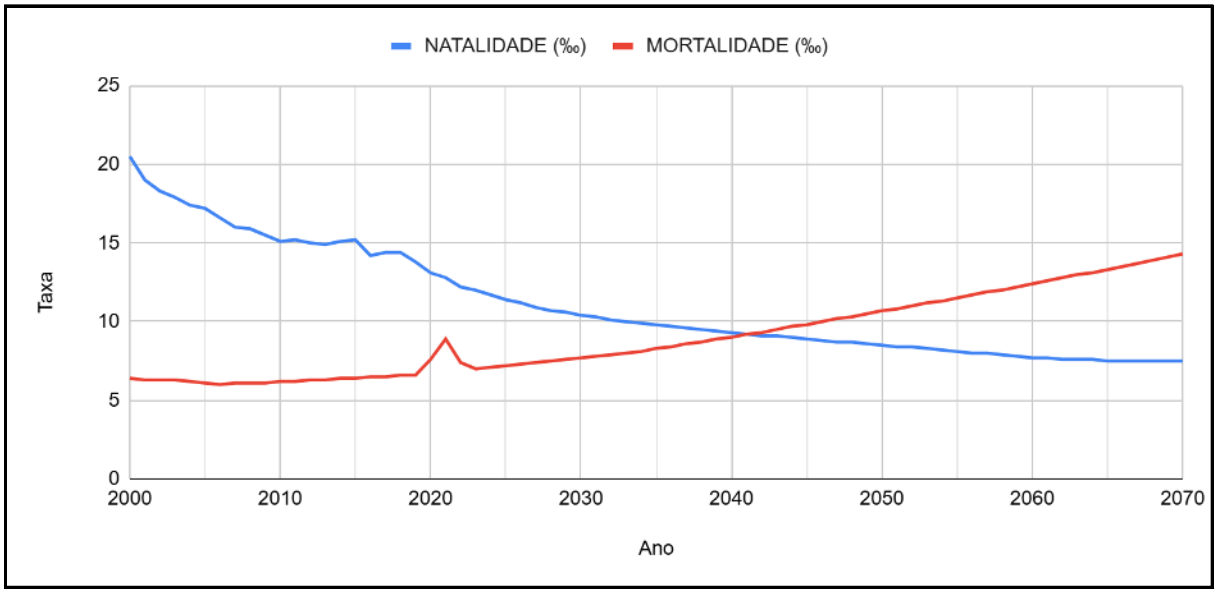
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024. Elaboração própria.

2 Refere-se a teoria que descreve o processo da dinâmica populacional. Aqui citado, trata-se dos estágios de desaceleração demográfica e estabilização da população.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Após as observações sobre a expectativa de vida brasileira, é necessário pontuar as questões envolvendo as taxas de natalidade e mortalidade no mesmo período. No início do século XXI, a taxa de natalidade estava na faixa de 20,5 por mil habitantes, ocorreu de atingir o patamar de 11,4 em 2024 e é projetada para 7,5 em 2070. Essa ocorrência impacta diretamente na taxa de mortalidade esperada para os brasileiros. Pois, à medida que a expectativa de vida aumenta e o número de nascimentos se reduz ocorre o envelhecimento populacional. Nessa situação, espera-se que haja mais idosos na composição da população. Dessa forma, como os indivíduos na terceira idade possuem maior suscetibilidade doenças e óbitos, espera-se que ocorra um incremento na taxa de mortalidade. Toda essa ocorrência é demonstrada pela curvatura decrescente da taxa de natalidade e ascendente da taxa de mortalidade apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2: Taxas de natalidade e mortalidade 2000 – 2070



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024. Elaboração própria.

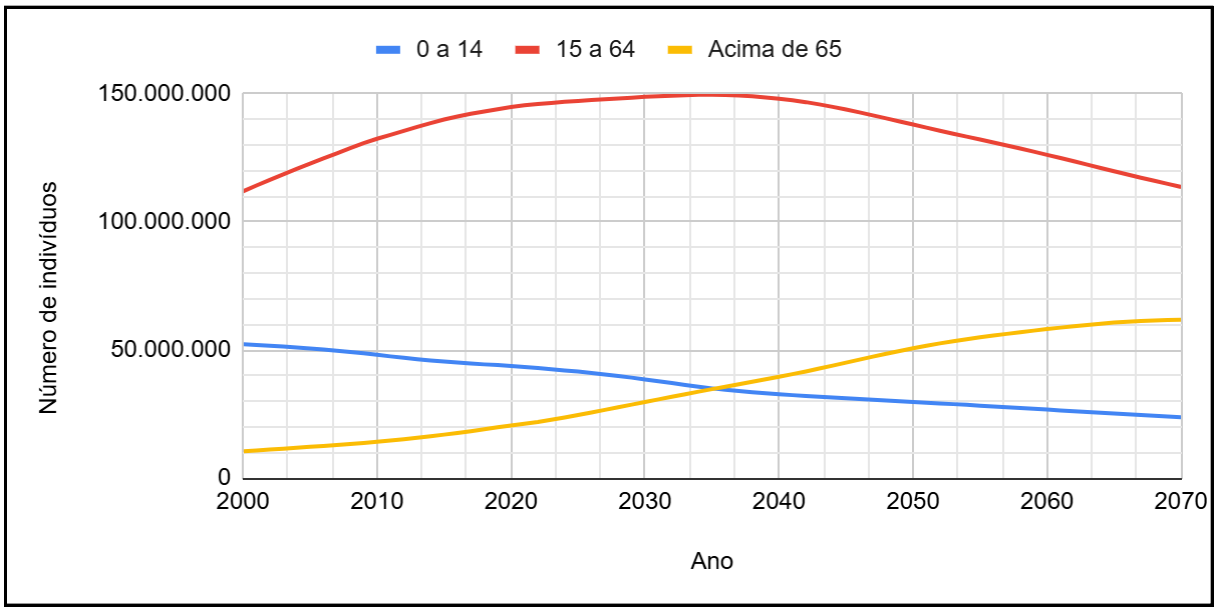
Por fim, ao considerar as mudanças nos padrões de natalidade, mortalidade e expectativa de vida, vemos o impacto direto no número de indivíduos vivos por ano.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Conforme observado no Gráfico 3, as perspectivas criam um cenário mais propício à longas vidas e, com pouco renovação dos indivíduos, vemos que o Brasil tende a atingir o pico de sua população no início de 2040 e, ao final, caminhar para uma redução até o ano de 2070.

Em síntese, esse modelo indica que o país aproxima-se de um período onde haverá um aumento no número de dependentes do INSS e uma redução dos contribuintes ativos para o sistema.

Gráfico 3: Projeção do número de indivíduos por idade 2000 – 2070



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação - População por sexo e idade simples - 2000/2070. Revisão 2024. Elaboração própria.

3. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para uma maior compreensão sobre a Previdência Social é necessário primeiramente conhecê-lo. A partir da Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, é definido que a função da Previdência Social é assegurar proteção financeira aos trabalhadores e seus dependentes em casos de perda de renda devido a eventos como aposentadoria, doença, invalidez, morte e maternidade. Ela baseia-se no princípio da solidariedade atuando com o sistema de repartição simples, na qual as

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

contribuições dos trabalhadores ativos financiam os benefícios dos segurados, promovendo a distribuição de renda e a proteção social. Essa caracterização passou por diversas transformações ao longo da história brasileira, evoluindo de um modelo restrito a categorias específicas para um sistema mais amplo e acessível à população.

O primeiro marco tratado como origem da Previdência Social no Brasil foi estabelecido pela Lei Eloy Chaves. Na construção de sua carreira política, Eloi de Miranda Chaves presenciou a Greve Geral de 1917, que envolveu os ferroviários e, baseado em suas observações, buscou instituir mecanismos que lidassem com os desajustes sociais vividos na época (Westin, 2019). Dessa forma, para solucionar tais problemas, ele lançou o projeto de lei sobre a criação de um fundo previdenciário para os trabalhadores que efetivou-se como o Decreto Legislativo nº. 4.682, de 24 de janeiro de 1923 que estabeleceu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os trabalhadores das ferrovias. As CAPs funcionam como um sistema Bipartite entre os empregados e empresas. Elas eram responsáveis por recolher e pagar a aposentadoria e outros benefícios aos ferroviários. Esse modelo inicial, com o passar do tempo, foi difundido para outras categorias profissionais, e na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu a unificação das CAPs e a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que passam a atender por categorias profissionais e eram administrados pelo Estado.

Posteriormente, em 1960 foi desenvolvido a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que promoveu a unificação das regras previdenciárias, tornando o sistema mais homogêneo e eficaz. Contudo, a grande reforma ocorreu em 1966, quando os CAPs e IAPs foram extintos e para dar origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), responsável pela administração dos benefícios previdenciários de forma centralizada. Com a Constituição de 1988, a Previdência Social passou a integrar a Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Assistência Social, garantindo a proteção a um número maior de cidadãos.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Atualmente, o regime geral da Previdência Social no Brasil é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e opera no modelo de repartição simples, em que os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados. Ao longo dos anos, diversas reformas foram realizadas para garantir a sustentabilidade do sistema diante do envelhecimento populacional e do aumento da expectativa de vida. As mudanças mais recentes, como a Reforma da Previdência de 2019, trouxeram novas regras para a idade mínima e o tempo de contribuição, com o objetivo de equilibrar as contas do sistema previdenciário.

Toda a evolução da Previdência Social no Brasil reflete a necessidade de adaptação às mudanças demográficas e econômicas do país para garantir a viabilidade do sistema de Seguridade Social sem comprometer a viabilidade financeira do sistema. Entretanto, mesmo com as reformas mais recentes, o planejamento previdenciário individual torna-se cada vez mais essencial, pois o país ainda enfrenta altos níveis de déficit em suas contas e apresenta uma trajetória elevada e crescente para a atual estrutura demográfica (Costanzi et al., 2018).

4. RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES E DEPENDENTES DA PREVIDÊNCIA

Diante das informações examinadas anteriormente é de notar-se que haverá o envelhecimento populacional no Brasil e, ao acompanhar esse fenômeno, é de expressiva importância analisar a razão de dependência dos idosos sobre os trabalhadores ativos ao longo do tempo. Segundo estudo de análise dos dados projetados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[3], apresentado no gráfico 4, sobre a evolução da razão de dependência dos idosos entre 2000 e 2070, os elementos apurados indicam uma elevação progressiva e acelerada da

3 A metodologia utilizada na pesquisa consiste em medir a relação entre a população economicamente dependente (pessoas com 65 anos ou mais) e a população em idade potencialmente produtiva (entre 15 e 64 anos). O cálculo expressa-se como a razão percentual entre o número de idosos e o número de pessoas em idade produtiva.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

razão de dependência dos idosos ao longo do tempo, podendo ser dividida em três fases principais:

- Crescimento Moderado (2000-2020): A razão de dependência passou de 9,4 para 14,2, um aumento de 51% em 20 anos, refletindo um envelhecimento gradual da população.
- Aceleração do Envelhecimento (2021-2040): O indicador avançou de 14,6 para 26,7, representando um crescimento de 83% em apenas 19 anos, sinalizando um impacto mais expressivo na estrutura demográfica.
- Envelhecimento Crítico (2041-2070): A razão de dependência praticamente dobra nesse período, chegando a 54,4 em 2070, indicando um cenário onde mais da metade da população em idade produtiva precisará sustentar a população idosa.

Nesse sentido, é perceptível que o Brasil enfrentará desafios crescentes relacionados ao envelhecimento populacional. Conforme ocorrer a efetivação das estimativas ponderadas, a razão de dependência dos idosos terá um impacto expressivo, exigindo reformas estruturais e estratégias que garantam a sustentabilidade do sistema previdenciário e econômico para que se cumpra o pacto intergeracional que sustenta a previdência social brasileira. Dessa forma, a formulação de políticas públicas eficazes será crucial para enfrentar essa transição demográfica de maneira sustentável.

5. PREVIDÊNCIA SOCIAL CANADENSE

A Previdência Social é um elemento essencial dos sistemas de proteção social em todo o mundo, desempenhando um papel crucial na segurança econômica dos trabalhadores ao longo da vida. Porém, os modelos previdenciários variam amplamente entre os países, dependendo de fatores como a estrutura econômica, a demografia e as políticas governamentais. De forma geral, os sistemas de previdência podem ser classificados em três modelos principais: o de repartição, no

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

qual as contribuições dos trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados; o de capitalização, onde cada indivíduo acumula recursos em contas individuais ao longo da vida; e os modelos híbridos, que combinam características dos dois anteriores para aumentar a sustentabilidade e a equidade do sistema. Como referência de um modelo reconhecido por sua eficiência, será abordado o sistema previdenciário canadense, que se destaca por sua sustentabilidade, transparência e forte cultura de planejamento financeiro. Em contrapartida, o modelo brasileiro enfrenta desafios como déficits recorrentes e baixa confiança por parte da população.

Na previdência canadense, há adoção de um sistema público de repartição com incentivos à previdência privada. Esse sistema público é baseado no *Canada Pension Plan* (CPP), um esquema de contribuições obrigatórias tanto por parte dos trabalhadores quanto dos empregadores, semelhante ao sistema de repartição simples do Brasil. Ademais, o governo oferece o *Old Age Security* (OAS), um benefício universal financiado por impostos que garante uma renda básica para idosos, independentemente de seu histórico de contribuições. Juntos, os dois sistemas públicos oferecem uma renda mensal aproximada de 1535,81 dólares canadenses[4] (Canadá, 2025). Considerando que o salário mínimo mensal apurado para em 2024 foi de CAD 2.840,00 (Pagallu, 2025), é notório a diferença entre a renda fornecida pelo governo com a fonte de renda ativa. À vista disso, para complementar os recebimentos, os planos privados complementares são amplamente utilizados e fortalecem a aposentadoria da população. Os principais são o *Registered Retirement Savings Plan* (RRSP), com vantagens fiscais e foco em longo prazo; o *Tax-Free Savings Account* (TFSA), que permite investimentos isentos de imposto; e os planos ocupacionais oferecidos por empregadores, que muitas vezes incluem contribuições adicionais. Esses instrumentos refletem uma

4 Para o CPP é informado que o pagamento médio mensal por uma nova aposentadoria (aos 65 anos) em outubro de 2024 foi de $808,14. Do mesmo modo, para o OAS foi informado um valor máximo mensal $727,67 para a faixa etária de 65 a 74 anos e $800,44 para aqueles com 75 anos ou mais. Sendo assim, foi considerada a soma de $808,14 e $800,44 para compor a estimativa de recebimento para os beneficiários dos dois sistemas.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

forte cultura de planejamento financeiro e reduzem a dependência do sistema público coletivo.

Essa estrutura demonstra que a sustentabilidade previdenciária pode ser alcançada por meio de sistemas equilibrados, que combinam diferentes fontes de financiamento, incentivam a poupança individual e garantem benefícios ajustáveis à realidade econômica e demográfica. Em especial, nota-se o incentivo às ações de poupança e investimentos privados, onde o indivíduo busca ativamente envolver-se em movimentos que forneceriam renda complementar ao plano de aposentadoria fornecido pelo governo de seu país. Para o Brasil, as práticas adotadas por esse modelo são relevantes para obter *insights* importantes quanto ao aprimoramento do sistema previdenciário, especialmente no que se refere à necessidade de incentivar a previdência complementar e fortalecer a educação financeira da população.

6. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira não é somente sobre reduzir os gastos diários. Ela também ensina a como administrar e direcionar os recursos adquiridos de forma mais eficiente e estratégica. Vai além de evitar desperdícios, é sobre aprender a como planejar o futuro, equilibrar as finanças e tomar decisões mais centradas que afetam diretamente a qualidade de vida, especialmente quando se fala sobre aposentadoria e previdência social. Outro ponto importante é evitar o endividamento. A educação financeira nos ensina a equilibrar nossos ganhos e gastos e a usar o crédito com responsabilidade. Se queremos uma aposentadoria tranquila, controlar as dívidas é fundamental.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2015), a educação financeira é o processo de aprimoramento em que os indivíduos passam para obter uma maior compreensão dos princípios financeiros de modo que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar de forma mais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

consciente no mercado financeiro com objetivo de melhorar seu bem-estar financeiro. Em síntese, é a capacitação do indivíduo para planejar as finanças de maneira mais eficiente e segura.

Dessa forma, quando se obtém o conhecimento, aprende-se a organizar o orçamento, controlar os gastos e traçar metas, cria-se uma uma base mais e confiável para o futuro. A capacidade de planejar, além de ajudar a manter as contas em dia, também ensina a importância de poupar e investir. E o resultado de uma boa educação financeira é o dinheiro trabalhando a favor de quem aplica essas estratégias ao invés de apenas deixar seus recursos parados na poupança. Com estes vários conhecimentos, é possível garantir uma aposentadoria mais tranquila, reduzindo surpresas indesejadas. A educação financeira também permite ver além do agora. Muitas vezes as pessoas focam apenas no presente, e acabam não tendo um planejamento a longo prazo. Ao aprender a investir o dinheiro pensando no futuro, pode-se garantir alicerces financeiros que não dependem só da previdência social, já que, como apresentado, apenas a previdência tende a tornar-se insuficiente para manter o padrão de vida na aposentadoria. Assim, começar a visualizar o futuro a partir de jovem, é fundamental para conseguir uma segurança financeira.

No contexto da Previdência Social e do planejamento da aposentadoria, a educação financeira assume ainda maior relevância. Pois, ela possibilita que as pessoas compreendam as limitações dos sistemas públicos de proteção social e reconheçam a importância de construir fontes alternativas de renda para a velhice, como investimentos em previdência complementar ou outras formas de capitalização individual.

Portanto, a educação financeira não é apenas uma ferramenta estratégica para fazer o dinheiro trabalhar a nosso favor, mas também um instrumento capaz de criar um ambiente sustentável, tanto para o bem-estar pessoal e familiar quanto para a saúde financeira da sociedade. Assim, ao promover a educação financeira,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

estamos construindo uma sociedade mais resiliente e capaz de enfrentar desafios macroeconômicos, como a sustentabilidade dos sistemas previdenciários.

6.1 Educação Financeira no Brasil

A educação financeira no Brasil ainda enfrenta muitos desafios, apesar dos avanços nas últimas décadas. Tradicionalmente, a cultura de planejamento financeiro e poupança não está fortemente enraizada na população brasileira, o que leva a situações de elevado endividamento e pouca preparação para o futuro, especialmente no que se refere à aposentadoria. Esse cenário é um reflexo dos baixos níveis de alfabetização financeira, a ausência de conhecimento sobre conceitos básicos de finanças pessoais, como orçamento, juros compostos, investimentos e previdência, o que dificulta que os indivíduos tomem decisões conscientes e sustentáveis ao longo da vida.

Reconhecendo a importância desse tema, o governo federal criou, em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), um programa coordenado por diversos órgãos públicos e instituições privadas com o objetivo de promover a inclusão financeira e fomentar a cultura de planejamento no Brasil. A ENEF busca atuar por meio de ações educativas em diferentes esferas da sociedade, desde o ensino formal até campanhas públicas e programas em empresas. Posteriormente, em 2020, visando reforçar os efeitos dessa ação, o governo federal renovou a ENEF e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) com a finalidade de aperfeiçoar o projeto e melhor gerir a ENEF.[5]

No âmbito escolar, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu a educação financeira como tema transversal e obrigatório a partir do ensino fundamental até o ensino médio, incentivando o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão de recursos pessoais, consumo consciente e responsabilidade financeira. Essa inclusão representa um avanço significativo, pois promove noções que

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

contribuem para a formação de uma geração mais preparada para lidar com o dinheiro de forma crítica e responsável (Giordano et al, 2019).

Além das escolas, diversas instituições financeiras, empresas e organizações da sociedade civil têm implementado programas de educação financeira voltados para diferentes públicos, como trabalhadores, aposentados, jovens e empreendedores. Essas iniciativas variam desde cursos presenciais e online até campanhas de conscientização e disponibilização de ferramentas digitais de planejamento financeiro. No entanto, ainda há uma lacuna considerável entre as ações existentes e a efetiva mudança de comportamento da população, o que indica a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, integradas e de longo prazo.

Portanto, embora o Brasil tenha dado passos importantes na promoção da educação financeira, é fundamental ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, que dependem quase exclusivamente da Previdência Social para garantir uma aposentadoria digna. A disseminação do conhecimento financeiro é essencial não apenas para melhorar a qualidade de vida individual, mas também para fortalecer a sustentabilidade do sistema previdenciário nacional.

6.2 Educação Financeira no Mundo

A educação financeira tem sido reconhecida globalmente como uma ferramenta estratégica para promover o bem-estar econômico individual e coletivo. Diversos países vêm implementando políticas públicas e programas educacionais voltados à capacitação da população em temas como orçamento, consumo consciente, investimentos, crédito e aposentadoria. A crescente complexidade dos sistemas financeiros e a responsabilidade individual cada vez maior sobre o planejamento da vida financeira, especialmente no que se refere à aposentadoria, impulsionaram o

5 Decreto N° 10.393, de 9 de junho de 2020.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

desenvolvimento de estratégias nacionais de educação financeira em várias partes do mundo.

Aqui, mais uma vez, abordaremos o Canadá como um exemplo relevante, o país destaca-se por sua abordagem coordenada e abrangente na promoção da educação financeira. O governo canadense lançou, em 2015, a Estratégia Nacional para a Educação Financeira, liderada pela *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC). Essa estratégia visa fortalecer as habilidades financeiras da população em todas as etapas da vida, com foco na tomada de decisões bem informadas, no planejamento de longo prazo e na proteção contra práticas financeiras prejudiciais. O Canadá também oferece um portal nacional com ferramentas interativas, materiais educativos e simuladores de orçamento e aposentadoria, acessíveis a toda a população. Além disso, a educação financeira é promovida nas escolas canadenses por meio de currículos provinciais que incluem temas relacionados à economia pessoal e à gestão de finanças desde os anos iniciais. O país também incentiva a participação de organizações sem fins lucrativos e do setor privado em campanhas e projetos voltados ao desenvolvimento da literacia financeira, criando um ecossistema colaborativo de educação financeira. (CANADA, 2025)

Como citado anteriormente, no contexto previdenciário, o Canadá adota um modelo que exige do cidadão uma postura ativa em relação ao planejamento da aposentadoria. O sistema de previdência pública é complementado por programas privados e voluntários, como RRSP e o TFSA, exigindo que os indivíduos compreendam os mecanismos de contribuição, investimento e resgate. A existência dessa estrutura reforça a importância da educação financeira como meio de garantir que os cidadãos tomem decisões conscientes e seguras sobre seu futuro financeiro.

A experiência canadense demonstra que para alcançar o sucesso de políticas de educação financeira é necessário uma integração entre governo, instituições educacionais, setor privado e sociedade civil. Para o Brasil, que enfrenta desafios

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

significativos em relação à previdência e ao endividamento da população, esse modelo oferece aprendizados valiosos. Ao fortalecer a educação financeira no país podemos contribuir para uma sociedade mais preparada para lidar com as incertezas econômicas e para a construção de um sistema previdenciário mais sustentável e inclusivo.

7. EDUCAÇÃO FINANCEIRA, APOSENTADORIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A educação financeira exerce um papel fundamental no processo de planejamento da aposentadoria, à medida que capacita os indivíduos a compreenderem a importância de se preparar com antecedência para o fim da vida laboral e os desafios econômicos que podem surgir na velhice. Em um contexto de mudanças nos regimes previdenciários e de aumento da longevidade populacional, o conhecimento financeiro torna-se um recurso essencial para garantir segurança econômica no futuro.

Para Gomes et al. (2020, pág. 60), temos que:

> "No Brasil, o envelhecimento da população, combinado com o crescente aumento da expectativa de vida, demanda a formação de poupança em longo prazo, tornando necessárias ações educativas quanto ao consumo consciente, orçamento familiar equilibrado e desenvolvimento de cultura previdenciária."

Dessa forma, a falta de educação financeira contribui significativamente para a baixa adesão à previdência complementar, para o endividamento excessivo e para o despreparo em relação ao planejamento de longo prazo. Muitos brasileiros desconhecem os mecanismos disponíveis para garantir uma aposentadoria mais confortável, não compreendem os benefícios de iniciar a poupança desde cedo e não estão familiarizados com as opções de investimento compatíveis com seus perfis e objetivos. Conforme Gomes et al. (2020), o desconhecimento do consumidor, aliado à assimetria de informações disponíveis sobre os produtos financeiros, pode levá-lo a escolhas equivocadas. A complexidade desse cenário aumenta ainda mais com as crescentes opções de investimento no mercado

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

financeiro, especialmente em um contexto marcado pela globalização e pela utilização de informações em tempo real.

Por outro lado, indivíduos financeiramente educados tendem a planejar sua aposentadoria com maior antecedência, diversificar suas fontes de renda futura e tomar decisões mais assertivas em relação à sua poupança e aos seus investimentos. A educação financeira proporciona ferramentas para que o cidadão compreenda os riscos associados ao tempo de contribuição, à inflação, à expectativa de vida e à rentabilidade dos planos de previdência, o que amplia sua capacidade de realizar escolhas alinhadas ao seu futuro desejado.

Para Barbosa (2019, pág. 22):

> "Para que os indivíduos tenham opções para se resguardar no momento da aposentadoria ou até mesmo como complemento a ela, é imprescindível o conhecimento no mínimo básico acerca dos tipos de investimento para então a aplicação de recursos. A educação financeira, então, mais uma vez se faz essencial no momento atual de cada um para que no futuro seja possível desfrutar dos investimentos realizados no tempo atual."

Dessa forma, a presença de políticas públicas voltadas à educação financeira é também um fator de impacto direto no comportamento da população. Quando o Estado investe em ações educativas, como campanhas de conscientização, programas escolares, capacitação de professores e incentivo à formação financeira no ambiente de trabalho, há um aumento do engajamento social com o tema e uma mudança gradual na cultura de planejamento. Essas iniciativas não apenas ampliam o acesso ao conhecimento, mas também contribuem para a redução da vulnerabilidade econômica na velhice e para a diminuição da sobrecarga sobre o sistema previdenciário público.

Portanto, a educação financeira representa um caminho estratégico para fortalecer a autonomia do cidadão em relação ao seu futuro financeiro. Ao fomentar hábitos de poupança e o entendimento sobre os diferentes instrumentos de previdência, ela contribui para uma sociedade mais consciente, preparada e resiliente diante das incertezas econômicas do envelhecimento. Seu impacto positivo no

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

planejamento da aposentadoria é, assim, um fator chave para a promoção do bem-estar individual e da sustentabilidade coletiva do sistema previdenciário.

8. A SUSTENTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A sustentabilidade da Previdência Social no Brasil tem sido objeto de intensos debates, especialmente diante das mudanças demográficas, do aumento da expectativa de vida e do crescimento do número de beneficiários em relação aos contribuintes ativos. O modelo tradicional de repartição simples, no qual os trabalhadores da ativa financiam os benefícios dos aposentados, encontra-se sob pressão crescente, exigindo reformas estruturais e soluções complementares que garantam sua viabilidade a longo prazo. Nesse contexto, a educação financeira surge como uma aliada estratégica, capaz de contribuir para o equilíbrio do sistema por meio da promoção do planejamento individual e da redução da dependência exclusiva do regime público.

A longo prazo, o fortalecimento da educação financeira pode ainda gerar efeitos positivos sobre o comportamento previdenciário das novas gerações, especialmente se integrado ao currículo escolar e a políticas públicas permanentes. Jovens educados financeiramente desde cedo desenvolvem uma visão mais realista sobre o futuro e passam a considerar o planejamento da aposentadoria como uma responsabilidade pessoal inadiável. Esse ciclo virtuoso contribui para uma sociedade mais equilibrada, com cidadãos menos dependentes do Estado e mais preparados para enfrentar os desafios do envelhecimento.

Entretanto, Barbosa (2019) observa que, embora os jovens demonstrem preocupação com a aposentadoria, suas ações para garantir uma velhice tranquila ainda estão fortemente condicionadas à renda familiar. Além disso, mesmo diante da possibilidade de colapso da Previdência Social, muitos ainda depositam nela suas expectativas de sustento futuro.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

Portanto, a sustentabilidade da Previdência Social brasileira não depende apenas de reformas legais ou ajustes fiscais, mas também de uma transformação cultural que envolve o engajamento da população na gestão da própria vida financeira. A educação financeira, nesse cenário, desempenha um papel central ao fomentar uma postura ativa e consciente frente ao futuro, contribuindo para um sistema previdenciário mais sólido, justo e sustentável.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a sustentabilidade da Previdência Social no Brasil revela um cenário complexo, que exige soluções integradas e de longo prazo. A análise apresentada ao longo deste artigo demonstra que a educação financeira desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais consciente e preparada para os desafios do envelhecimento populacional e das limitações do sistema previdenciário. A falta de planejamento individual e de conhecimento sobre finanças pessoais tem contribuído para a elevada dependência da previdência pública, agravando os problemas estruturais enfrentados pelo modelo brasileiro.

Ao abordar o impacto da educação financeira no planejamento da aposentadoria, observou-se que o conhecimento sobre conceitos básicos de poupança, investimento e previdência complementar pode alterar significativamente o comportamento da população, promovendo maior autonomia financeira e reduzindo a vulnerabilidade na velhice. A experiência internacional, como a do Canadá, demonstram que políticas públicas bem estruturadas e voltadas à educação financeira podem gerar transformações sociais relevantes, fortalecendo a cultura do planejamento e da responsabilidade individual.

No Brasil, embora existam iniciativas relevantes, como a semana ENEF, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a educação financeira seja amplamente acessível e efetiva. É necessário que governos, instituições

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3877

educacionais e setor privado atuem de forma articulada para expandir o alcance dessas ações e garantir que o cidadão esteja preparado para tomar decisões conscientes ao longo de toda a vida, especialmente no que se refere à aposentadoria.

Diante disso, propõe-se o fortalecimento de políticas públicas que integrem educação financeira desde a educação básica até o ambiente corporativo, além de incentivos à adesão a planos de previdência complementar e campanhas de conscientização sobre o futuro financeiro. A combinação dessas estratégias pode resultar em uma população mais preparada e em um sistema previdenciário menos sobrecarregado, pavimentando o caminho para um modelo mais justo e sustentável.

Assim, conclui-se que a educação financeira é não apenas um instrumento de desenvolvimento pessoal, mas também uma ferramenta estratégica para a sustentabilidade da Previdência Social no Brasil, contribuindo para o equilíbrio entre responsabilidade individual e proteção coletiva.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Thamires Martins. **A educação financeira como recurso no planejamento para a aposentadoria.** 2019. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Seção 1.

BROTIETTI, Cleber et al. Nível de educação financeira e perspectiva para a aposentadoria: um estudo com graduandos da área de ciências sociais aplicadas.

Revista de Administração e Contabilidade, Feira de Santana, v. 15, 2024. Disponível em: https://reacfat.com.br/reac/article/view/318. Acesso em: 02 fev. 2025.

CANADA. Government of Canada. **Financial literacy in Canada**. Disponível em: https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy.html. Acesso em: 16 mar. 2025.

CANADA. Government of Canada. **Public pensions**. Disponível em: https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions.html. Acesso em: 16 mar. 2025.

CANADA. Government of Canada. **Registered Retirement Savings Plan (RRSP)**. Disponível em: https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/tax/individuals/topics/rrsps-related-plans/registered-retirement-savings-plan-rrsp.html. Acesso em: 16 mar. 2025.

CANADA. Government of Canada. **The Tax-Free Savings Account (TFSA)**. Disponível em: https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/tax/individuals/topics/tax-free-savings-account.html. Acesso em: 16 mar. 2025.

COSTANZI, Rogério et al. Reforma da previdência social. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, v. 2, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8465. Acesso em: 14 jan. 2025.

FACIONI, Sabrina; AFONSO, Luís Eduardo. A relação entre educação financeira e aposentadoria: as decisões previdenciárias dos indivíduos são consistentes?. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: EAC/FEA/USP, 2020. Disponível em:

https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/1945.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

GIORDANO, Cassio Cristiano et al. A educação financeira e a base nacional comum curricular. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/241442. Acesso em: 19 jan. 2025.

GOMES, Dayane Vieira et al. Educação previdenciária e as mudanças na previdência social: análise dos alunos e egressos de uma instituição de ensino superior. **Revista Mineira de Contabilidade**, Minas Gerais, v. 21, n. 2, p. 59-69, 2020. Disponível em: https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1089. Acesso em: 28 jan. 2025.

OECD. PISA 2022 Results (Volume IV): How financially smart are students? Paris: **OECD Publishing**, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en. Acesso em: 03 fev. 2025.

OECD. Recommendation of the Council on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. June, 2005.

PAGALLU, Lakshmi. **Canada Minimum Wages By Provinces 2025**. 2025. Disponível em: https://getgis.org/blog/canada-minimum-wages. Acesso em: 16 mar. 2025.

PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO : NOTAS METODOLÓGICAS 01/2024 : BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO : ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES : REVISÃO 2024. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, 2024. 46 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102111. Acesso em: 11 mar. 2025.

TÁBUA COMPLETA DE MORTALIDADE PARA O BRASIL [: ANÁLISES E TABELAS]. Rio de Janeiro: **IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 1991**. Anual. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73097. Acesso em: 11 mar. 2025.

WESTIN, Ricardo. Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. **Agência Senado**, Brasília, 3 jun. 2019. Edição 57. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-